



MILITANTE:

Por um PSOL independente e anticapitalista.

A existência do PSOL é um fato. Contra aqueles que não acreditavam que era possível construir um partido à esquerda do PT, os quase 300 mil filiados, os milhares de militantes no movimento de trabalhadores, popular, camponês, estudantil, além da expressão parlamentar conquistada, provaram que era possível. Ocupar o espaço deixado vazio diante da opção petista de assumir a gerência do Estado burguês, nos marcos de sua estratégia de desenvolvimento do capitalismo nacional, era o projeto mínimo fundacional do PSOL. Além disso, sua estratégia de fundação era se postular como um partido anticapitalista com influência de massas. Esse ponto não está realizado e se encontra, inclusive, ameaçado. Retroceder nele pode colocar tudo a perder.

Produto das contradições da situação mundial e nacional, a extrema direita ganhou peso e a unidade democrática para enfrentá-la apresentou-se como um desafio central. A correta unidade, prioritariamente realizada com os partidos que se reivindicam da classe trabalhadora, campo do qual o PT é o partido mais importante, permitiu a vitória contra Bolsonaro, garantindo uma via democrática para tirar o país do abismo e evitar uma catástrofe.

No entanto, a catástrofe que ameaça a classe trabalhadora segue como ameaça. A extrema direita continua forte como o Estado capitalista brasileiro não apresenta nenhuma possibilidade de garantir uma vida digna para o povo, nem uma democracia real capaz de permitir a autêntica participação dos trabalhadores e do povo pobre. Essa incapacidade produzirá descontentamento e, se não existir uma esquerda que se postule para combater esse Estado, apenas a extrema direita poderá apresentar-se para canalizar as energias de massas. Por isso, a posição do PSOL deve defender o governo quando este é atacado pela extrema direita e se manter independente, apresentando propostas que ajustem os mais ricos e mostrando que a extrema direita os defende. Nosso partido não deve apoiar

nenhuma medida do governo que coloque nas costas dos trabalhadores o preço da crise. Essa orientação – de um PSOL que combate a extrema direita, mas que se reivindica independente – foi vista quando a bancada federal, encabeçada por Sâmia Bomfim e Talíria Petrone, defendia o MST na CPI ao mesmo tempo em que lutava contra o arcabouço fiscal. Apesar da forte resistência inicial de uma parte da direção do partido, foi uma vitória que a bancada tenha votado por unanimidade contra esse ajuste e uma demonstração de que há esperança para o PSOL.

Nossa tese é um chamado a agrupar um polo militante, a partir do PSOL, para seguir esse combate sem tréguas contra os neofascistas e para erguer uma alternativa independente e ecossocialista que esteja presente e ativa na luta por salário, moradia e por melhores condições de vida e trabalho para o povo pobre.

I – Uma luta prolongada contra a extrema direita e a crise que assola o planeta

A terceira década do século XXI é marcada pela crise, inaugurada por uma pandemia que acirrou as contradições do capitalismo em sua fase de decomposição, polarizada por uma extrema direita com peso de massas e disposta a destruir as conquistas do período anterior, impondo regimes cada vez mais ditatoriais.

Após a pandemia, houve uma aceleração na convergência entre as crises que se retroalimentam. As rebeliões e os processos de resistência também ganharam terreno num contexto de incapacidade da democracia liberal oferecer uma alternativa e de dificuldade da consciência socialista. Assim, a extrema direita se organiza com uma suposta roupagem antissistema, quando na verdade é a expressão mais apodrecida do capitalismo.

Há uma combinação no mundo de: 1) crise ambiental sem precedentes: a atual fase do capitalismo mundial nos coloca diante de um colapso socioambiental que coloca o futuro da humanidade em risco; 2) crise e caos geopolítico (com ameaça nuclear), marcados, além da invasão imperialista contra a Ucrânia, pela competição entre imperialismos e outros conflitos – desde a Crise dos Mísseis de Cuba, não havia ameaças reais de uso de armas nucleares; 3) crise econômica estrutural: com uma possível recessão nos países centrais, espiral inflacionária em curso, falência de bancos e crise da dívida em países importantes; 4) crise social: multiplicam-se a fome e a barbárie, bem como o crescimento assustador do número de imigrantes que necessitam deixar seus países de origem; 5) crise orgânica dos regimes (deriva neofascista): crescimento de grupos de extrema direita, ruptura da

“opinião pública” tradicional, peso crescente das big techs e ascenso de lideranças neofascistas por todo mundo.

O desenvolvimento das forças produtivas, apropriado pelos grandes capitalistas do mundo digital, leva a mais controle sobre a força de trabalho humana num grande quadro de involução que nos exige o combate ao fascismo e a esta escalada destrutiva.

O projeto da extrema direita é a destruição civilizatória

Sob as bandeiras do armamentismo, da suposta pauta de costumes e do questionamento à ciência, a extrema direita combate as instituições do movimento operário, buscando o retrocesso a condições de vida social que remetem ao século XIX. O objetivo estratégico da extrema direita é impor novos regimes ditatoriais racistas e romper o pacto civilizatório organizado ao longo dos dois últimos séculos.

Ao mesmo tempo, a atual fase imperialista do capitalismo tem avançado sobre recursos naturais e bens comuns. Tais práticas predatórias, comumente vistas no Brasil e na Amazônia, têm contribuído para agravar a crise climática e já se fala, inclusive, em ameaças à espécie humana.

Antifascismo e solidariedade internacionalista

Interpretar a realidade é uma necessidade imperativa, diante da complexidade do cenário, mas insuficiente, como a tese onze de Marx já nos ensinou. Derrotar a extrema direita exige tanto medidas concretas como a combinação entre a solidariedade antifascista para disputar uma posição em favor da maioria social, com o reestabelecimento de laços de solidariedade entre os explorados e oprimidos.

É preciso exigir que os governos sob ataque da extrema direita coloquem-se na defesa das bandeiras populares. O PSOL deve ser solidário com os povos que lutam pela autodeterminação como os curdos, os palestinos e os saarauí. Da mesma forma, deve denunciar o campismo e as posições neofascistas de Putin, assim como o imperialismo representado pelos países da OTAN.

O VIII Congresso do PSOL deve convocar um encontro internacional contra a extrema direita, de forma ampla, com diversos aliados, para fomentar esta luta e desenvolver uma rede antifascista internacional.

II – Desbolsonarizar o Brasil e ganhar a maioria social

É preciso desbolsonarizar o Brasil e ganhar a maioria social, desmascarando a roupagem antissistêmica com a qual esse setor se apresenta para uma parcela da classe trabalhadora e esconde o neofascismo, expressão do que há de mais podre no sistema. O exemplo colombiano do governo Petro/Francia deve ser seguido, buscando o apoio na mobilização social para enfrentar a extrema direita e os grandes capitalistas.

As bases políticas e econômicas para o ascenso do bolsonarismo são objetivas e estruturais: o Brasil enfrenta um processo de regressão social, de reprimarização e neocolonialismo, além de uma crise política permanente. O bolsonarismo venceu as eleições de 2018 e segue vivo por conta desses fatores estruturais. Podemos esquematizar da seguinte forma:

- Uma base social e econômica poderosa, com o agronegócio sendo o núcleo fundamental da classe dominante pró-Bolsonaro;
- Uma crise política, baseada na frustração e desesperança, causada pela incapacidade da esquerda institucional e pelo derretimento da direita liberal;
- Um controle de um aparato comunicacional capaz de competir com os antigos grandes meios de comunicação;
- A perspectiva de construção de uma força de choque, recrutando elementos entre as forças de segurança, ampliando o fluxo e o comércio de armas e munições;
- A presença forte do neopencostalismo, sobretudo em territórios periféricos, funcionando como uma superestrutura de reprodução de ideias conservadoras.

A situação é dramática no mundo do trabalho, com desemprego, crise e superexploração. A indústria correspondia a aproximadamente 50% do PIB no começo dos anos 1980; 30 milhões de brasileiros estão em situação famélica. De um ponto de vista desigual e combinado, o avanço tecnológico no campo convive com formas de trabalho análogas à escravidão, bem como a digitalização avançada oferece a base tecnológica para a superexploração do trabalho sem proteção e direitos, remetendo a níveis pré-CLT.

A vitória de Lula foi essencial para a manutenção das liberdades democráticas, mas seu governo de conciliação é refém de alianças que levam a um programa social-liberal. A ação golpista de 8 de janeiro foi uma expressão da vontade dos setores bolsonaristas, imitando o assalto ao Capitólio americano. Frustrada essa ação, abriu-se o espaço para lutar de for-

ma pública contra o bolsonarismo alertando que ações do tipo podem se repetir.

O PSOL acertou ao definir não participar do governo, ainda que a resolução tenha sido híbrida. O partido deve ser independente, como foi nas votações para a presidência da Câmara e do arcabouço fiscal.

Duras trincheiras de combate

No Brasil, estamos lutando contra a extrema direita. Contra as fake news, as milícias rurais, pela punição exemplar dos golpistas de antes e depois de 08/01 – com destaque para o deputado Fábio Félix (PSOL-DF) desmascarando o papel da cúpula das Forças Armadas na CPI distrital. Por isso, segue fundamental a agitação “sem anistia”, exigindo a prisão de Bolsonaro e a responsabilização de todos os golpistas: nossa independência também serve para ir contra a extrema direita sem amarras.

Outro exemplo de frente única é a atuação de Sâmia Bomfim na CPI do MST, polarizando contra aliados do genocida em nome do PSOL. O “agrobolsonarismo” está na ofensiva contra o MST e os movimentos sociais do campo e da cidade. Derrotados eleitoralmente, querem avançar na espoliação de terras indígenas e quilombolas para sustentar seu modelo de desenvolvimento amparado na regressão social.

Por um lado, o agro quer arrancar mais compromissos do governo, freando medidas a favor da reforma agrária e a luta do campo. Por outro, Lula quer evitar choques e atua para conter a mobilização social. Um setor do governo defende amenizar a luta contra o agrobolsonarismo, e a adoção de uma política econômica estruturada em commodities, fortalecendo o neofascismo por tudo que este setor representa contra o meio ambiente e as populações.

O MST é um dos maiores movimentos sociais do mundo. Apesar de diferenças, é hora de defendê-lo. E temos com sua direção política um ponto de acordo central: sem apostar na mobilização e nos conflitos de classe não há saída para o impasse do país. Os conflitos no campo seguem e a pauta da reforma agrária continua atual no Brasil. É preciso fortalecer a militância do campo do PSOL, que já conta com militantes do MST, FNL, MLST, MNT e MPL.

Nesse cenário de conflitos sociais, a Amazônia é um território estratégico, com povos sob o cerco de latifundiários, grileiros, madeireiros e garimpeiros, com o apoio das elites rurais e urbanas. Ao sul do bioma amazônico, o “arco do fogo” – consórcio de madeira, gado e soja – avança sobre a floresta. A norte, a rede de garimpo ilegal envenena as águas e o solo como forma de eliminar povos indígenas e ribeirinhos. A leste, os grandes projetos mine-

radores iniciados durante o Projeto Grande Carajás vinculam-se ao escoamento de soja a partir do Maranhão, com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, tornando essa região uma das mais violentas do mundo, com constantes assassinatos de quilombolas, indígenas e trabalhadores rurais. A oeste, as fronteiras da Amazônia e as terras indígenas continuam desprotegidas e disponíveis ao tráfico, ao desmatamento e à pistolagem com desfechos gravíssimos, como o caso dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, cujas investigações foram acompanhadas de perto pela companheira Vivi Reis (PSOL-PA).

O PSOL deve ser parte integrante das lutas dos povos amazônicos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores e demais trabalhadores rurais que seguem na resistência e têm construído processos de retomadas de territórios, ao mesmo tempo em que constroem modos de vida e processos de sociabilidade que resistem à noção de tempo e espaço do capital, afirmando valores, culturas e saberes que se contrapõem à lógica do mercado.

A independência necessária ao PSOL

A luta pela independência do PSOL mostrou-se necessária na definição da candidatura própria da bancada contra Arthur Lira e, mais recentemente, na luta contra o arcabouço fiscal, projeto definidor na composição de Lula e Haddad com a burguesia e o rentismo, sobretudo a fração dos bancos, para manter o ajuste e o pagamento da dívida, sob a orientação “fiscalista” da política econômica. O “novo marco fiscal”, limita os gastos, coloca o governo em perigo frente às possíveis crises econômicas e é nítido sobre a orientação macroeconômica do país.

O novo teto também ameaça a educação e a saúde, já que os pisos de investimento nessas áreas podem pressionar outros gastos limitados pelo arcabouço e até afetar os próprios pisos de gasto. O PSOL corretamente votou contra esta medida porque a conta será paga pelos mais pobres

As contradições do governo se expressam também na pauta ambiental. Após o Ibama vetar a emissão de licença de exploração de petróleo na foz do Amazonas, os ministérios do Meio Ambiente, de Marina Silva, e dos Povos Originários, de Sônia Guajajara, foram esvaziados pelo Congresso, com anuência do governo.

A educação também polarizou o primeiro semestre. Central na derrota do bolsonarismo com o “tsunami da educação”, o movimento educacional luta contra o Novo Ensino Médio e sua orientação de forte componente neoliberal, com relações intrínsecas entre dirigen-

tes do governo e organizações como a Fundação Lemann.

Também há um importante conflito entre a luta pela saúde pública e o governo, materializado nas comunidades terapêuticas em contraposição a conquistas da luta antimanicomial, dialogando com setores das igrejas neopentecostais que já exigem maiores isenções tributárias.

Se preparam medidas amargas contra o povo, como na possibilidade de tomada de casas e propriedades individuais por dívida, ameaçando milhões de famílias. O governo não enfrenta o tema endividamento de fato e abre a possibilidade de uma verdadeira “crise de hipotecas” para agradar o capital financeiro.

Para enfrentar a questão distributiva, levantamos a bandeira da taxaço das grandes fortunas, assim como a revogaço das reformas trabalhistas e previdenciárias que retiraram uma série de direitos da população nas últimas décadas.

Apoiar as mobilizaçoes e construir um campo crítico

O PSOL deve apoiar todas as mobilizaçoes por direitos, combinando-as com a luta contra a extrema direita e a resistêcia aos ataques no campo e nas cidades, abrindo a hipótese, inclusive, de frentes e unidades nos terrenos parlamentar e eleitoral. Frente aos debates sobre Junho de 2013, repetimos que não se pode neutralizar a mobilizaço popular e suas demandas, discordando dos setores da esquerda que se distanciaram das ruas.

Há unidade burguesa nas medidas contra a classe trabalhadora, como nas medidas de privatizaço, arrocho salarial e deterioraço das condições de trabalho de modo geral, envolvendo os parlamentos, o judiciário e os governos de turno. Neste ponto também o governo federal tem se inclinado claramente a ser parte dessa unidade, seja por ação ou omissão. Não apenas não questiona as reformas trabalhistas e da previdência, mas adota a defesa de PPPs. Além, é claro, de jamais questionar o judiciário em seu ativismo contra os trabalhadores, como no caso da posição de Gilmar Mendes contra o piso da saúde e agora contra a greve dos profissionais da educação do Rio de Janeiro

Devemos construir um campo independente para fortalecer o movimento de massa, a auto-organizaço, o ativismo do campo e da cidade e a criação de formas associativas dos interesses populares, reunindo setores críticos e desenvolvendo força material para a realizaço de um programa de mudanças, sem conciliar com a burguesia.

III – Apenas um projeto militante pode mudar o Brasil

Os quase 20 anos de construção do PSOL não foram em vão. Temos um partido que se mostrou necessário diante da falência estratégica de partidos como o PT e PCdoB, agora federados. O PSOL tem um caráter contraditório porque é extremamente progressivo por sua simbologia, base social e parte das bancadas parlamentares, mas enfrenta riscos como a diluição no lulismo, a falta de um projeto estratégico e uma relação indefinida com o Estado.

Passados dez anos das Jornadas de Junho de 2013, falta um sujeito político que busque a unidade na diversidade e que seja fiel às suas reivindicações. Apenas com a ação decidida de milhões, com um programa e com cultura organizativa, vamos inverter a relação de forças e ir à ofensiva. O bolsonarismo atua de forma conspirativa e organizada, apelando para as ruas, para a disputa comunicacional e de hegemonia, buscando impor-se pela força e pelo peso social. Por isso, a tarefa é agrupar as iniciativas e construir um polo militante, a partir da orientação que estamos disputando.

O PSOL deve atuar contra o Estado Burguês e seus agentes

Há outro debate, que já dividiu águas durante anos de discussão na esquerda do PT: a relação com o Estado. Como fomos obrigados a, corretamente, defender os marcos da Constituição de 1988 diante das ameaças de Bolsonaro e da extrema direita, a discussão ficou mais complexa na atualidade.

As conquistas da luta contra a ditadura foram centrais na limitada democracia liberal brasileira. Entretanto, a orientação de unidade de ação em defesa das liberdades democráticas do regime da Nova República não pode ser utilizada para a defesa de um projeto que tenha em mente apenas reformar a estrutura do regime e do Estado. Isso deve ser uma diferença do PSOL para os outros partidos do regime. As pressões dos fundos partidários e eleitorais, e da nossa presença institucional em dezenas de parlamentos não podem ser desconsideradas. A presença ou a relação com governos de outros partidos do dito campo progressista também é fonte de enormes pressões.

Temos exemplos preocupantes e negativos, como a colaboração da prefeitura de Belém com o governo de Helder Barbalho do MDB, a presença de militantes do PSOL no ministério dirigido por Jader Barbalho Filho e de uma figura pública do partido no governo do Amapá, com Solidariedade e Republicanos, apontam um caminho de integração ao regime, assim como o voto equivocado do PSOL do Pará para uma dirigente do MDB assumir cargo vira-

lício no TCU local. Por isso, lutamos para que o PSOL não se integrasse organicamente ao novo governo Lula.

A centralidade da luta antirracista no PSOL

A luta antirracista tem ganhado forças em projeção internacional e renova lutas históricas dos movimentos antirracistas e por direitos civis que foram avanços importantes de gerações anteriores.

É importante resgatar que a escravidão negra foi o alicerce à expansão do capitalismo em nível mundial, e não falamos aqui da escravidão que sempre existiu em diversos momentos da história antiga, e sim de uma escravidão organizada, com um fim de estruturação de um sistema que tomava diversos países no mundo, mas se fortalecia em países que se tornavam centrais como eixo do capitalismo.

O Brasil é marcado por um histórico de 356 anos de escravidão de pessoas negras e foi o último país a abolir a escravidão. A economia brasileira foi sustentada por esse sistema e estruturou o país através do trabalho escravo em um período histórico de muitas resistências, revoltas e revoluções em busca da liberdade, que sempre foram duramente reprimidas. A abolição do trabalho escravo, como a história dominante nos conta, se deu há apenas 135 anos, o equivalente a quatro gerações (diante de vinte e cinco gerações dos anos de sistema escravagista), tempo insuficiente para qualquer tipo de mudança estrutural.

No Brasil, qualquer caracterização das relações de força e relações sociais e políticas que não levem em consideração a luta antirracista será uma caracterização parcial e desconectada com a formação e estruturação desse país. Não há como falarmos de revolução ou mudanças estruturais sem fortalecer a luta antirracista no mundo inteiro.

O ascenso da luta antirracista fez com que a necessidade de representatividade ocupasse espaço no parlamento, e o PSOL cresceu sua representação negra, mas esse crescimento precisa se reverter para dentro do PSOL em um trabalho orgânico para ganhar a militância negra e assim fazer do PSOL um polo que amplifique e estimule cada vez mais as lutas antirracistas nas ruas e em todos os espaços necessários com suas exigências.

Para enfrentar a violência estatal racista contra a população negra, em especial sua juventude, denunciemos a guerra às drogas e defendemos a legalização das substâncias psicoativas, desmilitarizando as periferias e construindo uma abordagem para o tema desde a saúde pública.

O PSOL precisa ter essa luta como prioridade em todas as suas frentes, seja por campanhas junto a movimentos sociais ou por frentes parlamentares. A Luta antirracista é uma luta necessária e essencial!

O PSOL deve seguir sendo a referência na pauta feminista, LGBT e da negritude

Se a extrema direita disputou o sentido da indignação anti-regime pelo mundo, também o fizeram os movimentos feminista, LGBTQIA+ e antirracista. Depois de 2013 o Brasil viveu uma verdadeira Primavera Feminista que relacionou a violência contra a mulher e a invisibilidade do cuidado com o avanço neoliberal e a precarização da vida. Foi esse movimento que apontou, mais que qualquer outro, um programa de saída para a crise social. Da mesma forma, avançaram elaborações sobre a heteronormatividade e a manutenção das famílias e sua relação com a privatização da vida e sobre os marcadores históricos de estratificação racial da classe trabalhadora. No Brasil, o PSOL se tornou grande referência desses movimentos, tanto na construção ativa dos próprios movimentos, quanto através da eleição de uma bancada parlamentar orgânica dessas lutas.

Hoje, esses movimentos são muito atacados pela extrema direita que tem no racismo, na LGBTfobia e no masculinismo alguns de seus pilares. Além disso, são disputados por visões liberais, que veem na representatividade e ascensão financeira de poucos respostas para problemas estruturais do capitalismo. O PSOL deve seguir organizando e referenciando essas lutas e apontando a necessidade de uma visão anticapitalista para as mesmas.

Nossa experiência

A tarefa do PSOL é construir sua condição militante nas categorias, bairros, assentamentos, escolas, universidades e territórios. Nossa atuação está articulada entre professoras, professores, funcionários e funcionárias de escolas e universidades, bancárias e bancários, metroviárias e metroviários, servidores públicos das três esferas, metalúrgicos, vigilantes, policiais antifascistas, rodoviários, advogados e advogadas, operários e camponeses. Outro exemplo que deve ser nacionalizado é a experiência do Pará, a partir da liderança de Vivi Reis, com a Casa Amazônia, importante espaço de organização ecossocialista.

Na luta dos trabalhadores e trabalhadoras construímos a TLS como ferramenta sindical combativa em todo país. Na educação básica, estamos localizados na maioria dos grandes sindicatos do país e nos tornamos a maior oposição à maioria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a maior confederação de trabalhadores na edu-

cação básica da América Latina. Estamos também localizados na educação superior, na direção do Andes/Sindicato, dirigimos o Sindicato de Metroviários do Rio Grande do Sul, participamos da direção nacional da Fasubra e do sindicato dos trabalhadores da Saúde de Porto Alegre. Temos nos enraizados no movimento sindical como uma força política que, nos últimos anos, consolida-se a partir de um permanente trabalho de base e nas estruturas de diversas direções sindicais.

Na juventude temos feito a experiência com Juntos defendendo o legado das ruas, 10 anos após o levante juvenil. Vamos impulsionar a defesa da independência política e a luta da juventude no congresso da UNE, batalhando por uma nova direção, unificando a esquerda a partir da unidade da Juventude do PSOL.

No movimento de mulheres, impulsionamos o Juntas em diversos estados como ferramenta para a auto-organização e ação do movimento feminista, em ascenso desde a primavera feminista, com a grande manifestação do EleNão, com o protagonismo destaca das parlamentares mulheres.

Reforçamos nossa presença nos movimentos populares, seja no campo – com uma articulação que hoje nos faz atuar em sete diferentes movimentos camponeses, em diversos estados; na educação popular, onde apostamos na construção da Rede Emancipa de Educação Popular, junto a centenas de ativistas independentes. E a partir da Revista Movimento, da Escola Marx e do Podcast EM, estamos difundindo ideias para a construção de um marxismo “a quente”, capaz de orientar milhares de ativistas. O foco no trabalho de base e na formação política da militância estrutura todas essas iniciativas para a construção de uma maioria social disposta a lutar por pautas anticapitalistas

IV – Tarefas, programa e propostas

O VIII Congresso do PSOL tem como principal tarefa votar uma orientação que combine a luta contra a extrema direita com a necessidade de construir uma alternativa independente. Ao mesmo tempo, o congresso deve congrega os esforços para tornar o PSOL um projeto mais militante, presente nas trincheiras das lutas sociais. A serviço disso, construímos essa tese para ampliar o papel do bloco anticapitalista dentro do partido, incorporando outros camaradas à exemplo da Construção pela Base do RS, do Enfrente de SP (que resiste à perseguição política contra o companheiro Aldo Santos), entre outros.

Defendemos a aprovação de um programa de urgência com cinco bandeiras:

1) Contra a extrema direita, desbolsonarizar o Brasil! É preciso aproveitar o momento de defensiva da extrema direita para atacá-la em seus pontos críticos, expondo as ligações entre os atentados nas escolas, ataques de ódio, movimentos misóginos e similares com essa vertente ideológica. Da mesma forma, a ação contundente contra o trabalho escravo e o trabalho infantil, temas sistematicamente relativizados por parlamentares bolsonaristas, deve enfrentar luta sem trégua ou anistia para seus responsáveis;

2) A defesa das bandeiras da classe trabalhadora, o apoio a suas lutas e a rejeição da regra fiscal, do ajuste de Haddad e dos banqueiros. A partir dessa posição, vamos desenvolver nossa linha de defesa da auditoria da dívida pública, não pagamento e redução dos juros. Além disso, devemos centrar nossa agitação pela taxaço das grandes fortunas, dos lucros e dividendos empresariais e dos bens de luxo, demonstrando ao povo a necessidade de fazer os ricos pagarem pela crise;

3) A centralidade das reivindicaçoes socioambientais perante a crise climática, lutando por uma reforma urbana contra os interesses do mercado, assim como o enfrentamento concreto do racismo ambiental e a criaço de um fundo especial contra os desastres climáticos. O fortalecimento de políticas em defesa dos povos originários, o combate ao extrativismo predatório e ao garimpo na Amazônia, a luta contra novas barragens e obras de infraestrutura que degradam o meio ambiente, entre outros, devem estar no centro de um plano de ação construído com protagonismo dos movimentos e organizaçoes sociais;

4) Reforma agrária radical para combater o latifúndio, a monocultura agroexportadora predatória, garantindo o direito à terra e ao trabalho a milhões de famílias do campo, e a oferta de alimentos saudáveis e acessíveis às famílias trabalhadoras da cidade. Para isso, enfrentamos a grilagem de terras públicas, indígenas e quilombolas, as milícias e a perseguiço aos lutadores do campo;

5) O feminismo, o antirracismo e o movimento LGBTQIA+ são essenciais para derrotar a extrema direita e para a construção do socialismo: Justiça para Marielle e Anderson! Contra a violência de gênero e a violência LGBTfóbica! Pelo aborto legal, seguro e gratuito! Pela socializaço do trabalho de cuidado, com mais creches, escolas e serviços públicos de saúde! Contra a precarizaço dos serviços de assistência social! Contra a violência policial e o extermínio da juventude negra! Nacionalizar o debate em torno do combate ao racismo religioso! Nacionalizar a lei Vini Jr. de autoria do deputado Prof. Josemar! Contra a precarizaço do trabalho e pelos direitos dos trabalhadores de aplicativo! Contra a tese do marco temporal! Demarcação de terras já!

Por uma nova direção para o PSOL

A atual direção do PSOL foi incapaz de colocar o Partido a serviço dessa orientação. Buscando uma confusão teórica (com base nas elaborações do populismo de esquerda) entre a unidade de ação necessária com a diluição em frentes permanentes com o lulismo, a linha do PSOL Popular era votar a integração plena ao governo de Lula e Alckmin. O marco do pragmatismo leva a uma maior integração ao regime, à despolitização e um partido que cada vez mais seja de filiados, diminuindo o peso da sua capacidade militante.

É necessário uma nova direção para o PSOL. Queremos unificar todos os anticapitalistas do partido num único campo, materializando numa chapa democrática que impeça uma maioria que mude a natureza do Partido.

Temos diversas propostas de construção partidária como a realização de um encontro internacional antifascista, da conferência nacional do trabalho agrário do PSOL, a organização das instâncias de base do partido, a formação permanente de lideranças, realização de debates virtuais mensais com participação de membros da executiva e da bancada para discutir a linha partidária, entre outras.

Fazemos um chamado para uma orientação MILITANTE no VIII Congresso do PSOL!



CONGRESSO do

PSOL

BRASÍLIA / DF | 29/09 a 01/10